90

BRASILIANAS

William França

brasilianas.cm@gmail.com



Distritais aprovam Código de Direitos e Bem-Estar Animal

Texto proíbe mutilações estéticas em cães e gatos e consolida normas para proteção de todas as espécies no território do DF

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, na última terça-feira (4), o projeto de lei nº 388/2023, que institui o novo Código de Direitos e Bem-Estar Animal. A proposta, de autoria do deputado Daniel Donizet (MDB), estabelece um conjunto abrangente de normas voltadas à proteção, defesa e preservação dos animais em todo o território do DF. O texto foi aprovado em dois turnos e agora aguarda sanção ou veto do governador Ibaneis Rocha.

O novo código representa um avanço significativo na legislação distrital ao consolidar, em uma única norma, dispositivos antes dispersos sobre o tratamento ético e responsável dos animais. Entre os principais pontos, está a proibição de cirurgias mutilantes e procedimentos cirúrgicos desnecessários com finalidade estética em cães e gatos — como cortes de cauda, orelhas ou cordas vocais — além da vedação ao uso de cães de guarda em serviços de vigilância.

Para o deputado distrital Daniel Donizet (MDB), autor do projeto, o novo código é um passo decisivo na valorização da vida animal. "A proposta reconhece a saúde física, psicológica e social dos animais e os danos que podem ser causados a essas dimensões. É uma mudança na forma como nos relacionamos com os seres não humanos", afirmou.

Com a aprovação, o Distrito Federal se alinha a uma tendência nacional e internacional de fortalecimento dos direitos dos animais, promovendo uma convivência mais ética, responsável e respeitosa entre humanos e outras espécies.

Direitos básicos e guarda responsável

O texto garante direitos fundamentais aos animais, como acesso a abrigo contra intempéries, cuidados veterinários quando necessário, alimentação adequada e repouso proporcional à carga de trabalho. Também estabelece limi-



O bem-estar dos cães e outros animais passa a ter um conjunto de regras que colocam o DF em destaque

tes para o uso de animais em atividades laborais, recreativas, esportivas e militares, reforçando o respeito à integridade física e psicológica dos bichos.

A guarda responsável de animais domésticos é outro eixo central do código, que trata da criação, venda e adoção por estabelecimentos comerciais, além de regulamentar o transporte e o uso científico de animais. Os chamados "cães e gatos comunitários" — aqueles que vivem em espaços públicos sob cuidados coletivos — também passam a ter seus direitos reconhecidos.

Conheça os principais pontos do novo Código de Direitos e Bem-Estar Animal

A seguir, os principais eixos do texto aprovado:

1. Direitos fundamentais dos animais

- Garante aos animais o direito a abrigo adequado, proteção contra intempéries, alimentação balanceada, acesso a água potável e cuidados veterinários sempre que necessário.
- Estabelece que animais utilizados em atividades laborais devem ter carga de trabalho compatível com sua espécie, porte e condição físi-

ca, além de períodos obrigatórios de descanso. 2. Proibição de mutilações e intervenções estética

- Fica proibida a realização de cirurgias mutilantes em cães e gatos, como corte de orelhas, cauda, retirada de cordas vocais ou qualquer outro procedimento com finalidade exclusivamente estética.
- Procedimentos cirúrgicos só poderão ser realizados com indicação veterinária, visando à saúde e bem-estar do animal.

3. Guarda responsável e comércio de animais

- Define critérios para a guarda responsável, incluindo a obrigação de zelar pela saúde, segurança e bem-estar dos animais sob tutela.
- Regula a criação, comercialização e adoção de animais domésticos por estabelecimentos comerciais, exigindo registro, controle sanitário e condições adequadas de alojamento.

4. Cães e gatos comunitários

Reconhece os chamados "animais comunitários" — especialmente cães e gatos que vivem em espaços públicos e são cuidados por grupos de pessoas — como sujeitos de direitos, com proteção legal e acesso a cuidados básicos.

5. Controle populacional e saúde pública

- Estabelece políticas públicas para o controle populacional ético de cães e gatos, com incentivo à castração e campanhas educativas.
- Regula a eutanásia de animais, que só poderá ser realizada em casos
- extremos, com critérios técnicos e sob supervisão veterinária.
- Define protocolos para observação clínica de animais agressores ou suspeitos de raiva, visando à prevenção de zoonoses.

6. Fauna silvestre e atividades com animais

- Reforça a proteção da fauna silvestre do Distrito Federal, proibindo práticas predatórias e regulamentando a caça e a pesca.
- Regula o uso de animais em atividades desportivas, recreativas, de exposição, tração e fins militares, exigindo condições adequadas de manejo e bem-estar.
- Proíbe o uso de animais em espetáculos circenses
 7. Transporte e uso científico
- Estabelece normas para o transporte de animais, exigindo segurança, conforto e respeito às necessidades fisiológicas das espécies.
- Regula o uso de animais em pesquisas científicas, com exigência de comitês de ética e critérios rigorosos para evitar sofrimento desneces-

sário. 8. Fiscalização, infrações e penalidades

- Define condutas consideradas infrações, como abandono, maus-tratos, negligência, omissão de socorro e uso indevido de animais.
- Estabelece penalidades administrativas, que podem incluir advertências, multas, suspensão de atividades, interdição de estabelecimentos e apreensão de animais.

Águas Lindas ganha primeiro Mercadão Goiano do Entorno

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) anunciou a inauguração do primeiro Mercadão Goiano do Projeto Mercado Goiano – Feira Coberta, nesta sexta-feira, em Águas Lindas de Goiás. O novo espaço vai substituir a antiga Feira do Entorno e entregará à população um equipamento com estrutura moderna e permanente.

"Todos estão convidados para participar da inauguração do que existe de mais moderno no Brasil em termos de feira, o Mercadão. O objetivo é garantir renda continuada a quem vive dessa cultura tão forte. Queremos elevar o nível de qualidade de vida da nossa população", afirmou o governador.

Esta é a primeira unidade do Estado, e outras já estão em fase de conclusão. Na Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal, além de Águas Lindas, unidades do Mercadão Goiano estão em construção em Santo Antônio do Descoberto, Luziânia e Valparaíso de Goiás.

A iniciativa do Governo de Goiás, por meio do Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e da Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), tem como objetivo oferecer mais



O novo espaço vai substituir a antiga Feira do Entorno e entregará à população um equipamento com estrutura moderna e permanente

conforto e condições de trabalho aos feirantes, além de melhorar o atendimento à população.

> Para o secretário do Entorno do Distrito Federal, Pábio Mossoró, o novo Mercadão representa avanço para a região e valorização dos trabalhadores. "Esse é um equipamento que muda a rotina da cidade e fortalece a economia do Entorno. Os feirantes terão um espaço digno para trabalhar, com estrutura, organização e oportunidade de ampliar a renda. É um passo importante para melhorar a qualidade de vida e estimular o desenvolvimento local", afirmou.

O espaço contará com mais de 300 bancas, praça de alimentação, Vapt Vupt, Defensoria Pública, entre outros serviços.

Menos para saúde e educação

Com aumento da verba para segurança, Fundo Constitucional do DF cortará nas outras áreas

Por Thamiris de Azevedo

Durante audiência na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), nesta quarta-feira (5), foi apresentado o novo Projeto de Lei Orçamentária Anual do DF para 2026. A Secretaria de Economia do DF anunciou que, para o ano que vem, a capital federal deverá receber R\$ R\$ 28,4 bilhões advindos da União pelo Fundo Constitucional do DF, recurso destinado exclusivamente para saúde, educação e segurança.

Em comparação ao ano passado, o fundo teve aumento de 13,29%, mas a distribuição do valor gerou polêmica. Mais da metade do valor (54,26%), quando foi informado que deste dinheiro (54,26%) será desti-

nado para a segurança, com um amento de 34% quando comparado ao ano passado. Para a saúde, irá 27,7%, uma queda de quase 2,96%. Para a educação, 17,98%, também representado queda, de 6,2%.

A Secretaria afirmou, durante a sessão, que a diminuição na educação e saúde é decorrente das despesas obrigatórias que instituíram aumento do salário das forças de segurança do DF, e a necessidade do pagamento de pensionistas das duas áreas com recurso distrital.

"Mas estamos à disposição para diálogo com os titulares da pasta para alteração orçamentária caso seja necessário algum remanejamento que vise resolver alguma questão urgente", disse o secretário executivo

de Finanças, Orçamento e Planejamento.

À reportagem, o presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado distrital Gabriel Magno (PT), destaca que esses novos valores entram em contradição com o que foi firmado com a pasta em junho deste ano.

deste ano.

"O GDF fez a opção política de alocar mais recursos em outras áreas em detrimento da educação e da saúde. O pacto feito com a sociedade foi rompido e essa escolha vai impactar diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Na LDO de junho, acordamos que seriam R\$ 6 bilhões para Educação e R\$ 9 bilhões para Saúde. Agora, a proposta traz

R\$ 5,1 bilhões e R\$ 7,9 bilhões,

respectivamente. Essa mudança é drástica e compromete políticas públicas essenciais. Como garantir nomeações, reestruturação das carreiras e melhoria do atendimento nas escolas e hospitais com esse estrangulamento?".

Para a presidente do Conselho Regional de Medicina do DF, Lívia Vanessa, o corte de R\$ 1,1 bilhão proposto pelo GDF para o orçamento da saúde em 2026, quando comparado ao proposto em junho, pode agravar ainda mais a crise na rede pública.

"Brasília tem o maior número de médicos por habitante do país, mas esses profissionais não encontram condições adequadas para exercer sua função", afirma.



Houve protestos na CLDF aos cortes na saúde